QUANDO A POLÍTICA SE TORNA "COISA" DE FAMÍLIA: ANÁLISE DAS RELAÇÕES FAMILIARES NA POLÍTICA PARANAENSE NAS ELEIÇÕES DE 2014

Letícia Leal de Almeida[1]

Resumo: Analisaremos a organização e estruturação da classe dominante no Paraná, suas relações e estrutura de parentesco formada por famílias tradicionais, que ocuparam e continuam ocupando posições políticas no aparelho do Estado. A permanência no poder de "famílias históricas" como os Macedo, Lupion, Richa, Mello e Silva, entre outras, que alçaram candidatos a vários cargos na esfera estadual e federal, relações de força presentes nas eleições de 2014 no Paraná, revelando redes de compadrio e nepotismo. A partir de discursos presentes no jornal Gazeta do Povo, revelam as relações de parentesco, matrimônio e nomeações para os cargos de confiança no governo, refletiremos como a classe dominante continua no poder, a partir da perspectiva da economia política.

Palavras-chaves: Famílias Paranaenses. Poder. Economia Política

INTRODUÇÃO

Para compreendermos as relações familiares na política paranaense, devemos retroceder ao século XIX, pois o estatuto provincial só lhe será conferido em 1853, momento em que o Paraná deixou de ser a 5ª Comarca da Província do Estado de São Paulo. O poder político paranaense fora conduzido pelas oligarquias locais, ou seja, famílias que detinham o poder da terra e entre eles disputavam as posições de mando. Como observara Balhana et. al. (1969, p. 145).

> Além do prestígio e da autoridade pessoal, bem como caracteriza ainda Oliveira Viana, o objetivo era "a conquista de proventos materiais.... dai a áspera violência das famosas derribadas. O partido que subia derrubava tudo – quer dizer: sacudia para fora dos cargos públicos, locais, provinciais e gerais, todos os ocupantes adversários; era uma vassourada geral, que deixava o campo inteiramente limpo e aberto ao assalto dos vencedores.

[1] Mestre em Ciências Sociais Aplicadas (UEPG), mestre em História (UEPG). Email: leticialeal.historia@gmail.com

A economia paranaense vivia o auge do desenvolvimento da erva-mate, formando-se a partir da autonomia provincial, complexas estruturas de parentesco, a partir das quais os agentes inserem-se na estrutura de poder. As política paranaense tornava-se extensão da família, a partir da nomeação de parentes para os cargos de confiança e prestígio também no século XX e XXI, a partir das quais as famílias paranaenses mobilizavam-se familiares e parentescos, apresentam um cenário político perpetuado por várias gerações que ocupam e continuam ocupando cargos de destaque na política paranaense.

Nas eleições de 2014 no Paraná, notamos o predomínio de algumas "famílias históricas", como os Macedo, Lupion, Richa, Mello e Silva entre outras que alçaram candidatos e elegeram deputados estaduais e federais e também o governador, apresentam fortes relações de parentesco, matrimônios e nomeações para os cargos de confiança no governo.

Assim, nos propomos analisar a política paranaense na longa duração, para podermos perceber como as relações políticas se estabelecem em consonância com as relações econômicas. Sobre o papel político das elites paranaenses M. Pereira atenta ao fato que considerável parcela da burguesia fundiária dos Campos Gerais e a burguesia comerciante de Curitiba e litoral, passaram por um processo de transformação desde os meados do século XIX. Tornando-se muitas vezes, o que M. Pereira denominou de *burguesias letradas*. Estes, muitas vezes monopolizaram cargos públicos e cargos de representatividade política desde a época da província. (PEREIRA, 1996, p. 61). A elite agrária dos Campos Gerais torna-se elite burocrática, pois muitos vão estudar Direito em Recife, Coimbra e São Paulo, ocupando os espaços das Câmaras Municipais, defendendo os interesses das famílias, na construção dos Códigos de Conduta desde o século XVIII.

Durante o século XX segundo Oliveira analisando um texto do jornalista Samuel Guimarães, destacou que três bisnetos de Caetano José Munhoz (que estava a cem anos antes, na solenidade de posse do primeiro governador da Província do Paraná, Zacharias de Góes e Vasconcelos) ocupavam cargos políticos de destaque em 1953 (ano do centenário), Bento (então governador), Laertes Munhoz no legislativo e José Munhoz no Judiciário. (OLIVEIRA, 2000, p. 6-7).

Destacava assim, como a classe dominante paranaense permanecera no poder, a partir da perspectiva da economia política. Dialogando com os trabalhos desenvolvidos por Ricardo Costa de Oliveira (*O silêncio das genealogias: classe dominante e Estado do Paraná* (1853-

1930) e *Na teia do nepotismo)*, buscamos compreender as relações de poder da classe dominante no Estado do Paraná.

Sobre a classe dominante no Paraná, argumentou Oliveira:

> Uma classe que também sempre foi firmemente comprometida com a unidade nacional do Brasil, extremamente vinculada com a realidade dominante nacional, sendo formada por famílias de São Vicente, da Bahia, de Pernambuco e de outras regiões brasileiras, além de continuamente ser alimentada por elementos portugueses que forneceram peso e identidade para os segmentos dominantes, desde o Brasil colônia. (OLIVEIRA, 2000, p. 10)

Assim as relações familiares estendem-se ao campo da política, acompanhando as transformações do patriarcado agrário para o patriarcado urbano paranaense. Entendendo as relações de compadrio, através das quais as famílias fortaleciam suas relações e participavam do poder, o que Gilberto Freyre denominou de *família tutelar*, que no campo político expressam-se nas relações de caráter personalista e solidarista. Para Freyre, a análise da constituição patriarcal também estaria presente nas oligarquias regionais, a partir da estrutura familiar em que os indivíduos se socializam. (FREYRE, 1951, p. 64)

O Paraná possuiria um regionalismo particular, mas não se distinguiria no que se refere ao domínio econômico e político que algumas famílias exerceram e continuam exercendo no Estado, relações que tornaram a política Paraná “coisa de família”

PODER POLÍTICO E PATRIARCALISMO

A estrutura familiar se organizaria na dinâmica social a partir de regras, relações ora de aproximação e ora de distanciamento, nas quais as famílias mais tradicionais relacionam-se e garantem a participação na política paranaense, que possui heranças no patriarcalismo.

Gilberto Freire (1951) afirmou que a sociedade patriarcal no Brasil não possui um único começo, mas várias datas e espaços que podem ser atribuídos como ponto inicial, pois seu desenvolvimento não foi linear ou uniforme no tempo e no espaço. O caminho que seguiu era desigual e estava em volta de contradições.

> (...) amadurecendo numas áreas mais cedo do que noutras, declinando no Norte, ou no Nordeste – antes por motivos ecológicos que pura ou principalmente econômicos -, quando apenas se arredondava, por iguais motivos, em formas adultas no Brasil meridional; e de tal modo variando de substância do extremo Norte ao extremo Sul do país, a ponto dos estudiosos

> que pela forma dos acontecimentos ou dos fatos perderam, diante dessa diversidade antes etnográfica, geográfica ou econômica que sociológica (...), o sentido na unicidade sociológica de forma e de processo (FREIRE, 1951, p. 42).

A unicidade que Freire (1951) aponta tem como característica a junção de áreas diversas pelas organizações mais ou menos patriarcais ou tutelares, e não estão envolvidas apenas como modo de subsistência familiar, mas na política, na socialidade, "um verdadeiro complexo", nas palavras do autor. Complexo este que não se tem uma delimitação da amplitude, apenas pode ser sugerida a partir de estudos já feitos por Freire a respeito do sistema patriarcal no Brasil.

Sobre a força que a família assume no Brasil desde sua formação e sua transformação ao longo do tempo, Freyre argumentou:

> Tudo indica que família entre nós não deixará completamente de ser a influência senão criadora, conservadora e disseminadora de valores, que foi na sua fase patriarcal. O personalismo do brasileiro vem de sua formação patriarcal ao mesmo tempo que cristã – um cristianismo colorido pelo islamismo e por outras formas africanas de religiosidade inseparáveis da situação familial da pessoa; e dificilmente desaparecerá de qualquer de nós. (FREYRE, 1949, p. 81)

No Brasil o modelo de família patriarcal era uma constante no período de urbanização do país e em meio a este fenômeno não foi fácil para aqueles que tinham poder público compreender a distinção entre o que era de domínio público do que era de domínio privado. A impessoalidade não estava presente no aparelho burocrático, os eleitos para ocupar cargos públicos não eram eleitos pela sua capacidade, mas sim a partir da categoria confiança prevalecendo assim o círculo familiar (HOLANDA, 1971).

Decorrente disto, o espaço público configurou-se como extensão do espaço privado. Segundo Holanda (1936), essa relação adviria da nossa herança colonizadora, a ibérica, da qual herdamos o personalismo. Segundo Schwarcz (2008), os regionalismos seriam um obstáculo à democracia devido os partidos carregados de lideranças regionais (SCHWARCZ, 2008, p. 4). Segundo esta perspectiva: "em terra onde todos são barões não é possível acordo coletivo durável, a não ser por uma força exterior respeitável e temida" (HOLANDA, 1936, p. 32).

As eleições estatais, para Holanda (1936), não tinham uma divisão entre o público e o privado e estariam arbitrariamente conduzidas pelos interesses dos grupos sociais dominantes.

Ao colocar isto, Holanda referia-se a uma política que desde a Proclamação da república em 1889 era essencialmente oligárquica. (FERREIRA & PINTO, 2006, p. 3)

Neste cenário, percebemos a emergência de novos atores sociais durante os primeiros anos de Getúlio Vargas no poder. Assistiu-se a formação de um bloco histórico formado pelas seguintes classes: médias urbanas, pelos industriais, pela Igreja e pelos Militares. Assiste-se então a reforma do sistema político brasileiro e a formação do *Estado de Compromisso*, no qual o Estado se abre para estas reinvindicações sem, no entanto, se subordinar a nenhuma destas classes. Com a centralização do poder a partir de um executivo forte introduziu-se reformas sociais, bem como a transformação da organização política brasileira para uma configuração cada vez mais capitalista (FERREIRA & PINTO, 2006, p. 21).

Configuração esta que nos permite pensar acerca da formação do capitalismo no Brasil, e também nos permite compreender a relação que se estabelece entre a classe dirigente e o aparelho estatal. O Estado capitalista, para Offe & Ronge (1984), não é apenas um instrumento de uma classe, mas atendem aos interesses comuns do estado capitalista constituído pela ideia de que é necessário incentivar a produção e acumulação, pois é necessário arrecadação de impostos, com a garantia da segurança dos contratos, no qual o Estado regula a economia (OFFE; RONGE, p. 124, 1984).

Como componentes da máquina econômica no Brasil, temos os cargos públicos, que são ocupados a partir da confiança pessoal que os indivíduos adquirem, e não pela sua capacidade, como já citado anteriormente a partir de Holanda. Atualmente, estas relações familiares no campo político que até então eram vistas como relações de compadrio, adquirem novas interpretações e terminologias; uma delas é o nepotismo que consiste nas relações do poder eclesiástico e a prática destes em nomear parentes para cargos. Sobre o nepotismo, Oliveira (2012) reitera: “o nepotismo, para existir e triunfar, deve cooptar os outros poderes”. (OLIVEIRA, 2012, p. 17)

Segundo Monteiro (2009), em diálogo com Pécault, as famílias ao se aliarem ao Estado buscavam não apenas uma proximidade com as elites dirigentes, mas ocupam posições diferenciadas na sociedade, mobilizando um saber adquirido. Nesse sentido, compreendemos estes atores a partir de seus trajetos sociais e sua atuação no social a partir da política. (MONTEIRO, 2009, p. 27)

Ainda sobre o nepotismo no Paraná, discutiremos a partir do domínio exercido por algumas famílias que se estendem pelos poderes Judiciário, Legislativo e Executivo e demais órgãos suplementares como Tribunais de Contas e Ministério Público. A partir destes constroem-se grandes redes de favores e parentesco na esfera pública.

No século XXI no Paraná, o nepotismo possui várias interfaces. Após os anos 80, assistiu-se no Estado a emergência de políticos profissionais que constituíram grupos familiares no poder. Destacamos também o nepotismo cruzado, a partir da prática de ter privilégios garantidos ao nomear parentes para os órgãos de fiscalização. Isto também se estende aos municípios, pois se percebe um grande número de parentes dos prefeitos recém-empossados que passam a ocupar secretarias nos governos. (OLIVEIRA, 2012, p. 19).

No século XX, constatamos dois grupos disputando o poder do Estado, o grupo da família Richa e a família Mello e Silva. Ambos sustentados pela genealogia, ou seja, concentração de bens e de riquezas por várias gerações, a partir das quais ocupavam espaços privilegiados na estrutura de classes e estratificação social.

José Richa, patriarca do clã Richa, era natural do Rio de Janeiro e formado no curso de Odontologia pela Universidade Federal do Paraná. Este apesar de nascido no Rio de Janeiro ocupou vários cargos políticos no Paraná, participou do movimento estudantil nos anos 50 e tornou-se deputado federal entre 1962 e 1966. Em 1972 foi eleito prefeito de Londrina; eleito senador em 1978 e governador do Estado do Paraná em 1986[2].

Seu filho, Carlos Alberto Richa, natural de Londrina e formado em Engenharia Civil pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, iniciou sua trajetória política aos 27 anos quando concorreu ao cargo de vereador em Curitiba. Em 1994 foi eleito Deputado Estadual, se reelegendo em 1998. Nos anos 2000 foi vice-prefeito de Curitiba de Cássio Taniguchi, sendo eleito prefeito de Curitiba em 2004 e reeleito em 2008. Em 2010, foi eleito governador do Estado do Paraná e reeleito em 2014. [3]

Na dinâmica da estrutura social estes atores ocupam diversos espaços no cenário político. Já mencionamos como estas famílias por vezes se rivalizam, mas também se aproximam, formando complexas redes sociais e políticas. Seu patrimônio quase sempre se sustenta a partir da genealogia, possuindo antepassados ricos, ou seja, proprietários de

[2]José Richa. Disponível em: http://www.casacivil.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=85. Acesso em: 24/04/2015

[3] Beto Richa. Disponível em: http://www.eleicoes2014.com.br/beto-richa/. Acesso em: 24/05/2015.

sesmarias, comércios, redes de comunicação, etc. As famílias estabelecem longas relações matrimoniais, alianças e estratégias sociais que ganham inteligibilidade nas relações de parentesco e poder político. Concentrando renda e poder, protegem seus interesses constituindo grandes redes de riqueza e poder (OLIVEIRA, 2012, p. 52-53).

Numa "sociologia dos ricos" percebemos que estas redes são mais ou menos flexíveis, pois algumas vezes novos ricos passam a integrar o "clã" a partir de relações empresariais, matrimoniais e políticas. Para que estas redes possuam continuidade elas se adaptam às mudanças conjunturais e por vezes o que assistimos no cenário político é um verdadeiro jogo de cadeiras[4].

No caso do clã Richa, como já citado anteriormente, o pai, José Richa, foi governador nos anos 80. Seu filho, Carlos Alberto Richa, casou-se com Fernanda Richa, herdeira do conglomerado banco Bamerindus, de Tomas Edson Andrade Vieira.

A família Mello e Silva também se destaca por gerações no poder. Justiniano de Mello e Silva foi secretário da Província do Paraná e Wallace de Mello e Silva foi presidente da Câmara em (1946), seu filho Wallace Thadeu de Mello e Silva, foi prefeito de Curitiba em 1951, seu neto, Roberto Requião de Mello e Silva, governador em duas gestões e o bisneto, Maurício Requião, eleito deputado estadual em 2014. [5]

> O próprio Estado é controlado por interesses privados e não há controles públicos entre os poderes porque o Executivo, o Legislativo, o Judiciário e órgãos como os tribunais de contas e o Ministério Público são formados por grandes redes de favores e de parentesco. Os partidos políticos desaparecem como instituições e a política se resume aos negócios de famílias com seus interesses e dependências pessoais. Estados como o Paraná e os estados nordestinos têm longas histórias políticas de oligarquias familiares atuantes nas últimas décadas (OLIVEIRA, 2012, p. 14).

Faz parte também desta genealogia Roberto Requião de Mello e Silva, formado em Direito pela Universidade Federal do Paraná e Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, iniciou sua carreira política como Deputado Estadual em 1982 e dois anos mais tarde, em 1984, foi eleito prefeito de Curitiba. Posteriormente foi eleito governador em

[4] Requião de Mello e Silva, governador entre os anos de 1991-1994, 2003-2010; José Richa, 1983-1986, Carlos Alberto Richa 2011-2014 e reeleito para mais um mandato, governador em exercício em 2015.
[5] **Gazeta do Povo**. Nepotismo remonta ao bisavô de Requião, Curitiba, 24 de Agosto de 2008. Disponível em: http://www.gazetadopovo.com.br/blogs/conexao-brasilia/nepotismo-remonta-ao-bisavo-de-requiao/. Acesso em 09/11/2014.

1990 e em 2002, sendo reeleito para mais um mandato em 2006. Em 1994 e 2010 foi eleito senador[6].

A primeira disputa para o cargo de governador entre Requião e Beto Richa foi no ano de 2002, no qual Beto Richa ficou em terceiro lugar na apuração de votos do primeiro turno. Requião havia ficado com 26,2% dos votos, enquanto Beto Richa obteve 17,3%. Requião disputou o segundo turno com o Álvaro Dias, que havia recebido 31,4% dos votos. No segundo turno, Requião venceu a disputa com 55,2% dos votos contra 44,8% de Dias.[7]

Percebemos como estes atores participam do campo político pleiteando cargos e trajetórias semelhantes, devido ao fato de que já ocuparem cargos políticos importantes a partir da Assembleia Legislativa do Paraná, passando pela prefeitura de Curitiba e posteriormente ao governo do Estado. Em 2010, Beto Richa é eleito governador do Paraná no primeiro turno obtendo 52,44% dos votos válidos, vencendo a disputa com Osmar Dias 45,63%, momento em foram eleitos como senadores Roberto Requião Gleisy Hoffman.[8]

Dentre as semelhanças entre as figuras políticas acima citadas podemos mencionar que Richa mesmo criticando a gestão de Requião, que nomeou seu irmão Maurício Requião para a Secretaria de Educação, Beto Richa também nomeou familiares como secretários na sua gestão em 2010. Começando pela criação de uma Secretaria de Família e Desenvolvimento Social ao qual designou à coordenação de Fernanda Richa, sua esposa e herdeira do conglomerado banco Bamerindus. E para a Secretaria de Esportes, Lazer e Juventude nomeou seu filho Marcelo Richa. Na Secretaria de Infraestrutura e Logística, nomeou seu irmão José Richa Filho e para a Secretaria de Obras, outro irmão, Pepe Richa. (OLIVEIRA, 2012, p. 16-17)

Acusado de Nepotismo, na mais polêmica de suas indicações, quando nomeou sua esposa para uma Secretaria, ao ser entrevistado e questionado, Beto Richa afirma que para ele Nepotismo é a prática de nomear parentes para que estes obtenham remuneração, como ela é rica e herdeira de um banco, não se configuraria Nepotismo, já que ele cuidaria da área social por “vontade”.[9]

---

[6] Roberto Requião de Mello e Silva. Disponível em: http://www.eleicoes2014.com.br/requiao/. Acesso em: 24/04/2015.
[7] Eleições 2002. Disponível em: http://eleicoes.uol.com.br/2002/resultados/pr_resultado.jhtm. Acesso em 24/04/2015.
[8] Eleições 2010. Disponível em: http://noticias.r7.com/eleicoes-2010/apuracao/1turno.html#pr/. Acesso em: 24/04/2015.
[9] Acusado de nepotismo, governador do Paraná (Beto Richa-PSDB) diz que sua esposa é rica, então não tem problema!. Disponível em: http://www.plantaobrasil.com.br/news.asp?nID=75640. Acesso em: 24/04/2015.

Roberto Requião, também nomeou familiares para cargos políticos de destaque em sua gestão como governador. Sua esposa Maristela Requião foi nomeada diretora do Museu Oscar Niemeyer, seu irmão Eduardo Requião foi nomeado diretor para Superintendência de Administração dos Portos de Paranaguá e como fora citado anteriormente, seu irmão Maurício Requião foi nomeado como Secretário da Educação.

ANÁLISE DAS ELEIÇÕES NO PARANÁ EM 2014

Em 2014 Beto Richa buscou a reeleição e travou disputa pelo governo do Estado do Paraná com Roberto Requião. O debate eleitoral entre os dois foi acalorado e desde as primeiras pesquisas de intenção de voto apontavam para a reeleição de Richa ainda no primeiro turno. Vindo de uma gestão de obras paradas e crise financeira, Richa culpou a gestão de Roberto Requião pelas dificuldades do Estado, bem como manobras do governo federal em repasse de verbas que teriam dificultado sua política de governo.[10]

Com 55% dos votos, Richa derrotou Requião ainda no primeiro turno com a promessa de enxugar cada vez mais a máquina do Estado e realizar mais investimentos na área social.

Podemos entender a conjuntura das eleições no Estado a partir do conceito de Cultura Política. Este enquanto conjunto de atitudes e orientações dos indivíduos nas relações que estabelecem em assuntos políticos, bem como o papel do cidadão na vida pública (BORBA, 2005, p. 149).

Tratando da especificidade brasileira, no qual predominou desde a República Velha a estratégia da conciliação entre atores e grupos é necessário problematizarmos o comportamento eleitoral brasileiro. A partir de 1998, segundo Borba (2005), o debate sobre o processo de decisão do eleitor foi direcionado para a mídia e o marketing que produziria um eleitor "intuitivo". Como no trabalho realizado por Marcelo Baquero que problematizou como no Brasil evidencia-se também um processo de descrédito na política e ineficácia desta. Para Borba, isto conduziria a uma cultura política fragmentada e personalista. (BORBA, 2005, p.159),

Quanto as eleições do Estado do Paraná, em um artigo da Gazeta do Povo, Oliveira (2012) analisou os resultados da eleição no Paraná, chegando a seguinte conclusão: a cada 5 deputados, 1 tem parentesco com famílias tradicionais paranaenses: "Para Oliveira, o desejo

[10] Beto Richa lidera pesquisa Datafolha e pode ser reeleito no 1º turno. Disponível em: http://noticias.r7.com/eleicoes-2014/parana/pr-beto-richa-lidera-pesquisa-datafolha-e-pode-ser-reeleito-no-1-turno-04102014. Acesso em 24/04/2015.

de mudança das manifestações de 2013 não se refletiu no voto. "Os protestos só promoveram mais conservadorismo e continuísmo político", resumiu. Isso teria ocorrido pela falta de liderança nos atos, que não resultaram em candidatos."[11]

Apesar da derrota, o ex-governador Roberto Requião (PMDB) conseguiu emplacar o filho, Maurício Requião, na Assembleia, e o sobrinho, João Arruda, para a Câmara.

Para Oliveira (2012) melhorar a administração dos órgãos públicos é o caminho para resolver as distorções provocadas pela presença contínua das mesmas famílias no Legislativo. "Dar mais valor ao concurso público e menos aos cargos comissionados seria uma medida inicial para conter essas redes de apoio", diz. A democratização desses espaços, com votações abertas e portais da transparência efetivos, também pode ser a saída para o fortalecimento da Assembleia Legislativa como um órgão que reflete os anseios dos eleitores, de acordo com o professor.[12]

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos resultados das últimas eleições no Paraná, podemos observar como a política paranaense está em consonância com a política brasileira, apresentando muitas continuidades com o sistema colonial. Notamos também como o nepotismo produz e reproduz desigualdades sociais históricas. Numa análise da conjuntura atual percebemos que este fenômeno deve ser compreendido na longa duração, possuindo atores sociais e políticos bem definidos (OLIVEIRA, 2012, p. 53-54).

Destacamos a reflexão feita por Holanda nos anos 70, na qual percebemos como a política continua a assumir o caráter familiar e como esta requer um conjunto de mudanças de caráter estrutural e estudos cada vez mais aprofundados da dinâmica social brasileira.

> No Brasil, sempre foi uma camada miúda e muito exígua que decidiu. O povo sempre está inteiramente fora disso. As lutas, ou mudanças, são executadas por essa elite e em benefício dela, é óbvio. A grande massa navega adormecida, num estado letárgico, mas em certos momentos, de repente, pode irromper brutalmente. [13]

[11] **Gazeta do Povo.** Eleições 2014, Curitiba, 05 de outubro de 2014. Disponível em: http://www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/eleicoes/2014/conteudo.phtml?id=1504118. Acesso em 08/11/2014.

[12] http://www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/conteudo.phtml?id=1456499&tit=Familias-tradicionais-na-politica-ocupam-35-da-Assembleia , 24.03.2014

[13] Revista Veja. A Democracia é difícil, São Paulo, 28 de janeiro de 1976. Fonte: SIARQ/Unicamp.

Neste sentido, oportuno notar o poder simbólico que se estabelece na sociedade paranaense, no sentido de continuidade de poder, e ao qual a própria sociedade contribui, nesta perspectiva o domínio se perpetua, tal como apontado por Bourdieu (2104), os atos de conhecimento e de reconhecimento práticos da fronteira mágica entre os dominantes e dos dominados que a magia do poder simbólico desencadeia, e pelos quais os dominados contribuem, muitas vezes à revelia, ou até contra a sua vontade, para sua própria dominação. (BOURDIEU, 2014, p. 61)

A par destas constatações, afirma Braga, que a relação entre as famílias e a política é recorrente no país, fazendo parte da cultura do povo, e que somente haverá perspectiva de mudança, se houver o fortalecimento das entidades que representam a sociedade civil. [14]

Também devemos levar em conta neste processo o eleitorado de maneira geral, que segundo Borba (2005) tem como orientação em sua participação política critérios de administração eficiente, ou condições como qualidade de vida e meio ambiente no momento da escolha do voto, no qual o eleitor concentra-se na figura do candidato no momento da escolha do voto. (BORBA, 2005, p. 159).

Borba (2005) argumenta que a decisão de voto levaria em conta o mandato exercido, a imagem do candidato e do partido e também a avaliação de algumas características pessoais do candidato, como capacidade de governar e o grau de escolaridade. (BORBA, 2005, p. 161)

No que diz respeito ao eleitorado brasileiro, este possuiria outras características como opinião difusa sobre partidos e candidatos, o que explica o caráter personalista que a política assume no Brasil. O eleitorado decide seu voto a partir de atributos pessoais, como competência e honestidade (BORBA, 2005, 162).

Outro fator que devemos levar em conta, é de que o processo de democratização brasileira é um processo recente, por isso sua relativa instabilidade, que decorrem a personalização na política. Segundo Borba o que deveria ser uma "exceção", no Brasil é uma das regras do regime eleitoral. Para tanto devemos compreender o caráter do personalismo no Brasil em toda a sua história política. Sistema partidário fragmentado e oligarquizado, que seria o mediador entre a sociedade e o Estado que denota o caráter do personalismo na política. (BORBA,-2005, p. 163)

[14] http://www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/conteudo.phtml?id=1456499&tit=Familias-tradicionais-na-politica-ocupam-35-da-Assembleia , 24.03.2014

Todavia, isso só se mostra possível na medida em que as pessoas tenham condições de decidir e propor mudanças profundas no sistema político, como o fim do financiamento privado das campanhas, no qual a política atende aos interesses privados e dos investidores. A expressão política do Paraná, como está posta, é reflexo da construção histórica do país, no qual várias famílias históricas permanecem no poder, mobilizam-se e formam redes de sociabilidade que permitem a elas continuarem no poder e cooptarem as demais esferas políticas, como forma de garantir a sua sobrevivência e continuidade no poder.

REFERÊNCIAS

BALHANA, Altiva P.; PINHEIRO, Brasil P; WESTPHALEN, Cecília M**. História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969.

BORBA, Julian. Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro. **Revista Opinião Pública**, Campinas, v. XI, p.147-168, mar. 2005.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação masculina**. Rio de Janeiro, BestBolso, 2014.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde de Sá. **A crise dos anos 20 e a Revolução de 30**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006, 26f.

FREIRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos:** decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 2ª ed. São Paulo: José Olympio, 1951.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** 6ª Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1971.

MONTEIRO, Lorena. Estudo de elites políticas e sociais: as contribuições da Sociologia e da História. **Revista Sociedade e Cultura**, Goiânia, v.12, p. 25-32, jan./jun. 2009.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O silêncio das genealogias**: classe dominante e estado no Paraná (1853-1930). Campinas: Unicamp, 2000 (Tese de doutorado em Sociologia).

_____. **Na teia do nepotismo**: sociologia política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil. Curitiba: Insight Ed, 2012.

OFFE, Claus e RONGE, V., "Teses sobre a Fundamentação do Conceito de 'Estado Capitalista' e sobre a Pesquisa Política de Orientação Materialista", in OFFE, Claus, **Problemas Estruturais do Estado Capitalista**, Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1984.

PEREIRA, Magnus R. **Semeando Iras rumo ao progresso**: ordenamento jurídico e econômico das sociedades paranaenses, 1829-1889. Curitiba: Ed. UFPR, 1996.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Sérgio Buarque de Holanda e essa tal de “cordialidade”. **Revista IDE**, v. 31, n. 146, pp. 83-88, 2008.

FONTES

Jornal Gazeta do Povo. Curitiba (2008-2014).

Revista Veja 1976.